A CULTURA LATINA NO ESPAÇO PORTUGUÊS

Guilhermino Cesar

Na *Teoria da História da Literatura Portuguesa* (Dissertação para o concurso da 3ª cadeira de Literaturas Modernas da Europa, do Curso Superior de Letras), afirma Teófilo Braga tê-la escrito para demonstrar o seguinte: «Na luta entre as tradições latinas e o gênio das literaturas da Idade Média, a Literatura Portuguesa foi a que mais sacrificou o caráter nacional ao classicismo e a que mais perdeu da sua originalidade».*

Eis uma tese digna de meditação. O grande crítico enunciou-a em termos absolutamente claros, mas demasiado imprudentes. Para demonstrá-la, baseou-se em premissas como esta:

«Os reis portugueses, ligados com a aristocracia asturo-leonesa, a quem davam o senhorio dos castelos, cometeram o êrro desastroso de sacrificarem a vida e criação moçárabe à caduca civilização romana» (p. 16).

Cita, como consequência imediata dessa submissão, a perda da «originalidade lingüística», ao ponto de Camões dizer, n'Os *Lusíadas*, da língua portuguesa: «... na qual, *quando imagina*, / *com pouca corrupção crê que é a latina*» (p. 17).

João de Barros, o autor das *Décadas*, salvou-se porém do modelo romano de Tito Lívio, da sua retórica. De que maneira? Escreve Teófilo:

«João de Barros escapou a êste perigo pelo mesmo meio que salvou Camões do classicismo: visitando o lugar da ação, e tomando parte direta como herói» (p. 17).

Segundo, ainda, o seu ponto de vista, a romanização das leis e dos costumes, na terra lusitana, redundou na submissão

* - Obra e autor cit. Pôrto, Imprensa Portuguesa, Editôra, 1872, p. 6.

dos gêneros literários aos cânones originários de Roma, ao ponto de «o domínio autoritário do latim, forma materializada da civilização romana, tornar-se quase intolerante» (p. 18).

«Daqui fomos levados – acrescenta – à intolerância religiosa, ao cesarismo romano, que atingiu o seu esplendor em D. João V e se formulou em doutrina política durante o governo do Marquês de Pombal. A consequência foi inocularmos em nós o vício da civilização romana: o indivíduo ficou nulo diante da ação do Estado; o agente despertador da nacionalidade, o mar, tornou-se apenas uma barreira, e assim acabada a vida histórica deste povo, representamos a nossa inanidade na pobreza e falta de idéia na literatura» (p. 18).

Em linhas gerais, este o pensamento de Teófilo Braga, que omite, porém, as vantagens decorrentes da assimilação da civilização romana. Ora, se esta foi «vício» generalizado, – pois quase todo o Ocidente europeu se deixou vencer por ela, – representou também o molde em que povos bárbaros fundiram novos destinos, humanizaram seus costumes, ordenaram a vida civil segundo formas mais evoluídas, permitindo afinal que o indivíduo emergisse do clã e da horda com os seus direitos pessoais reconhecidos e amparados por instituições adequadas.

De outra parte, atribui o crítico ao cesarismo de D. João V e Pombal qualidade negativa, no concernente à criação literária, quando ocorreu justamente o oposto. Pois, nos dois longos reinados – joanino e josefino – as letras conheceram verdadeira ressurreição. Portugal acertou então o passo com a Europa (o desacerto se dera sob a monarquia dual dos Filipes), adotando em meados do século XVIII o ideário iluminista; o pensamento nacional rejuvenesceu; o mercantilismo metalista, expandindo-se, deu novo alento à Metrópole e às Colônias; no Brasil, tivemos o surto realmente expressivo do arcadismo, com os grandes poetas mineiros; os oratorianos de S. Filipe Néri, substituindo-se aos jesuítas na educação da mocidade, prepararam o terreno à influência de Locke e de Descartes; Pombal, sob o governo cesarista combatido por Teófilo, realizou enfim a reforma da Universidade de Coimbra (1772), fato de importância capital para a evolução do pensamento e das ciências exatas na Península Ibérica. E mais não é preciso dizer.

A própria sociedade portuguesa, enquanto congresso espiritual, ganhou outra dimensão a partir do reinado joanino. O movimento academicista, com todas as vicissitudes que teve de enfrentar, vazou também em nova forma o espírito criador; e o avanço do «francesismo», com o Conde de Ericeira e seus continuadores, nos diz, contrariamente ao arrazoado de Teófilo, que não houve, de modo algum, sob D. João V e D. José I, a alegada «pobreza e falta de idéias na literatura» de Portugal.

As Vascongadas são um exemplo típico de resistência ao poder assimilador de Roma. O país basco refugou quanto pôde o modelo latino; e que é que produziu? Não há povo, na Europa, que haja resguardado tanto quanto êle as suas origens. A prevalecer, *grosso modo*, a opinião de Teófilo, seria este o mais original do Continente. Sabemos que não o é. E sabemos também que, em matéria tão melindrosa, como esta que se entende com a formação dos povos, não valem de modo algum, como argumento, generalizações como essa, brilhantes mas falhas de conteúdo.

De resto, a dinâmica da cultura apresenta outra complexidade; nenhuma de suas formas vivas – tradições, idéias, costumes, criações literárias – pode isolar-se, voltar-se sobre si mesma. Nesse processo, todo contacto é estimulante. E deve-se atentar também em que, entre os fatores mais vigorosamente atuantes no desenvolvimento de um povo, os de ordem política são muitas vezes os menos importantes, dado que há um substrato nacional permanente, quase sempre rebelde a todas as constrições ou deformações impostas pelo mecanismo governamental.

O cesarismo de D. João V e D. José I durou 71 anos; não teria forças, evidentemente, para secar as fontes mais originais da literatura portuguesa, condenando-a à «pobreza e falta de idéias», descoberta pelo citado crítico. O cesarismo dos Luíses, em França, teria ocasionado a mesma devastação? Todos sabemos que se deu o contrário: em vez de devastação, houve ressurgimento e esplendor.

Explica-se, porém, o equívoco. É que o argumento principal do autor da *Visão dos Tempos* está impregnado até à medula de prejuízos positivistas. São estes prejuízos que invalidam

as suas deduções, embora fique de pé uma afirmação de transcendente importância – Portugal, virando as costas ao ninho literário galego, perdeu um filão original. Já que o historiador argumenta com hipóteses, no campo da história, recurso algo perigoso, seria o caso de perguntarmos: Teria sido, necessariamente, mais rica e mais cheia de idéias a literatura portuguesa, se não se houvesse romanizado tão completamente a Península Ibérica?

A originalidade da poesia galega passou em julgado. Entretanto, quem nos prova que Portugal abandonou, como quer Teófilo, êsse veio tradicional da sua lírica? O moçárabe construído, é certo, um tipo também original de cultura, mas o fêz à margem da caudal procedente de além-Minho. A linfa da Galiza não desapareceu – corre ainda, subjacente, assim como outras culturas da Europa e do Norte da África, lançadas no mesmo estuário peninsular.

Seja como fôr, o fato incontestado é que Portugal apresenta hoje, na Europa, uma fisionomia peculiar. Apertado entre o espanhol («De Espanha nem bom vento, nem bom casamento», diz o rifoneiro) e o Mar Oceano, aquela pequena faixa de terra assimilou as culturas que para lá convergiram, através de sua sofrida história, modelando uma resultante que lhe tem preservado, a um só tempo, o caráter nacional e a ação ecumênica da sua gesta renascentista.

Isto é o que mais importa. Ao assimilar, por exemplo, a língua latina, transformando-a neste «rude e doloroso idioma» que é o nosso, Portugal preferiu a via mais universal, entre tantas que lhe ofertavam diferentes culturas em choque. Ante o Islã e o Cristianismo, ficou com êste último. Não há paralelo possível entre as duas culturas que Cristo e Maomé representam. A universalidade do espírito, sua integração no transcendente da vida, a humanização do homem, por efeito de um tipo de moral que lenta e cotidianamente se aperfeiçoa, fugindo ao imobilismo – tudo documenta a superioridade do tipo de civilização trazido à Ibéria pelos romanos, a partir de Júlio César.

O espaço português continental foi pouco a pouco dominado pelas legiões romanas, e tão fundamente cavaram estas,

na infra-estrutura social, que as instituições visigóticas tiveram de adaptar-se ao modelo latino; mas os novos Estados, surgidos na península, depois da longa dominação muçulmana, não puderam também fazer tábula rasa da sedimentação a que presidira o espírito latino e cristão.

O Renascimento, em Portugal, apura o traço cristão, o seu poder germinativo na conquista das almas; e, por isso, quando no seu poema Camões se refere à dilatação «da fé e do império», não exprime uma palavra vã.

A história moderna, na linha do pensamento materialista, tem-se esforçado por diminuir a importância do elemento religioso na expansão ultramarina de Portugal. Tôda uma corrente de modernos historiadores, alguns de grande mérito, revê neste momento o processo dos descobrimentos, à luz da geografia econômica do Norte da África. Os professores Vitorino Magalhães Godinho e A. H. de Oliveira Marques, por exemplo, mostraram já até que ponto o trigo norte-marroquino e o ouro do Sudão, ambos transportados para os portos do Mahgreb, tiveram imediata ação propulsora, no sentido de atritar culturas hostis – o crente muçulmano e o representante da feudalidade européia, e em especial da portuguesa.

Saindo das limitações territoriais, que a inclinavam a ser mero apêndice de outras nações, a recém-formada nação lusa se credenciara a multiplicar muitas vezes o seu espaço originário, levando aos demais continentes a cultura latina.

Nunca realizara nenhum povo tamanho esforço de transplantação, em condições tão diversas e sob tão diferentes climas. O espírito particularista, tão vivo ainda mesmo na Espanha de hoje, não acha validade, não se sustém em Portugal. Lar exíguo, espaço quase uniforme, Portugal só se divide, em verdade, conforme o demonstrou lúcida e claramente Orlando Ribeiro, em duas partes: – Portugal mediterrâneo e Portugal atlântico. A natureza, quero dizer, o revestimento vegetal – produto de civilização, no caso – lá está para o documentar. E o sentido da cultura que os portugueses espalharam pelo mundo obedece também a êsse movimento pendular – do Mediterrâneo para as terras atlânticas do Sul. Quer dizer: a latinidade, na sua

projeção ocidental, encontrou na pequena casa portuguesa o lume que generosamente a reanimou, espalhando-a depois, transfigurada, pelo resto do orbe.

Mas isto não se deu por nenhum milagre. Foi obra dos homens, da paciente tenacidade com que os «barões», em outra idade que não a nossa, afeiçoaram ao seu solo essa cultura latina, maturando-a, experimentando-a, amassando-a com suor e lágrimas. Povo de agricultores, o português recebe a inclemência do tempo com resignação e esperança; não perde o fio de prumo, não braceja; confia em si mesmo, na sua resistência, na sua espantosa capacidade de afrontar a privação e a desgraça.

Por essas qualidades tôdas, ampliou pacientemente o seu espaço moral, político e literário. Moralmente, insere-se na tradição cristã, tal como os romanos a preservaram; politicamente, é herdeiro das instituições romano-góticas, afeiçoadas a uma realidade em tudo diferente da que lhe ofereceu a orgulhosa Roma imperial; literariamente, por fim, o povo português evoluiu também no sentido da latinidade, a saber: da clareza das idéias, da forma geométrica, da economia verbal, do senso de proporção greco-romano. E não estará aí, nessa direção, o ponto mais alto a que pode aspirar o homem, na sua tarefa civilizadora?

Voltando, pois, ao ponto inicial: Não tem razão Teófilo Braga quando diz que os «reis portugueses, ligados com a aristocracia asturo-leonesa [...] cometeram o êrro desastroso de sacrificarem a vida e criação do moçárabe à caduca civilização romana».

Caduca? Mas, como? Uma civilização não é um corpo físico, sujeito como o nosso pobre corpo humano a três estágios fatais — nascimento, desenvolvimento e morte. Não. Uma civilização é um processo, uma constante transmutação de valores. Nada há de fixo no âmbito da cultura. As culturas se interpenetram, jamais se anquilosam; são, antes, fôrças sempre em movimento, gerando outras soluções e comportamentos, numa vivacidade ininterrupta. Essa «caduca civilização romana», a que se refere o escritor, não foi senão o sinal de que surgira, em lugar de

Roma, o vasto mundo latino, de que Portugal se fez mensageiro, transportando aos quatro cantos, na asa das suas caravelas, a mensagem da concepção cristã de vida.

Nem sempre tal mensagem estêve isenta das limitações ditadas pela ruim paixão de um que outro príncipe, de um que outro rude e cruel cabo-de-guerra, de um que outro apóstolo desumanizado pelo fanatismo. Mas isto não quer dizer que a Nação haja deixado de cumprir, como conjunto a operar no largo espaço em que se dilatou, um nobilíssimo programa de implantação do humanismo latino e cristão, em todos os sítios até onde foi possível chegar a ousadia do luso.